

Caderno de Encargos¹

“Aquisição de serviços de cópia, impressão e manutenção de impressoras para o Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho e para as escolas 1º CEB e JI – lotes 1 e 2”

Consulta prévia [no âmbito do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação]

¹ Toda a legislação referida neste Caderno de Encargos considera-se como reportada à redação em vigor à data da mesma.

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, que tem por objeto **“Aquisição de serviços de cópia, impressão e manutenção de impressoras para o Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho e para as escolas 1º CEB e JI – lotes 1 e 2”**:
 - a) Lote 1 - serviços de cópia e impressão, que inclua a disponibilização de consumíveis, cópias, suporte e manutenção preventiva e corretiva para os equipamentos existentes no Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho;
 - b) Lote 2 - serviços de cópia e impressão, que inclua a disponibilização de equipamentos e software, consumíveis, cópias, suporte e manutenção preventiva e corretiva da solução disponibilizada nas escolas do 1º ciclo de Ensino Básico e nos Jardins-de-Infância do concelho de Montemor-o-Velho.
2. O objeto deve ser fornecido de acordo com as especificações técnicas presentes no Anexo I deste caderno de encargos.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O presente procedimento dará origem à celebração de contrato escrito.
2. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
3. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses mesmos erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c. o presente caderno de encargos;
 - d. a proposta adjudicada;

- e. os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados.
- 5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3 e o clausulado do contrato e os seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do anexo do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro na sua atual redação, doravante designado CCP, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Local e Prazo

1. A execução dos serviços contratados deverá decorrer nos locais e prazos previstos no anexo I – especificações técnicas.
2. O contrato a celebrar terá a duração de 36 meses (de 1 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2027).
3. O contrato mantém-se em vigor até à conclusão da prestação de serviços em conformidade com o anexo I – especificações técnicas, que terá que ser efetuado de acordo com o disposto na Lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.ª

Preço contratual

1. Pelo objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes no presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da sua proposta, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante, incluindo,

nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3. O adjudicatário fica obrigado a garantir e manter as suas condições propostas, nomeadamente, os preços, prazos, condições de pagamento e demais condições apresentadas para a execução do contrato, objeto do concurso, até final do contrato.

Cláusula 5.ª

Caução

Não será exigida a prestação de caução, podendo, contudo, a entidade adjudicante proceder à retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 88º do CCP.

Cláusula 6.ª

Obrigações principais do adjudicatário

1. O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - a. Entregar os bens e realizar os serviços identificados na sua proposta;
 - b. Garantia dos bens/serviços;
 - c. Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;
 - d. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que se processa a execução contratual, bem como conceder todos os

esclarecimentos que se justifiquem no prazo indicado pela entidade adjudicante.

e. Manter sigilo e confidencialidade.

3. O adjudicatário obriga-se a prestar os serviços objeto do contrato à entidade adjudicante, com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos.

Cláusula 7.ª

Sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo, previsto na presente cláusula, a informação que fosse comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário, bem como a informação que o mesmo seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 8.ª

Obrigações da entidade adjudicante

Pelo fornecimento dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada.

Cláusula 9.ª

Condições de faturação e pagamento

1. A quantia devida pela entidade adjudicante, deve ser paga, no prazo de 30 dias, após a sua receção das respetivas faturas, as quais devem cumprir com o disposto no artigo 36.º do Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado e só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, e após o fornecimento dos bens, devendo ainda cumprir com as exigências impostas pelo artigo 9º n.º 1 da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação.
2. Em caso de discordância, por parte do Município de Montemor-o-Velho, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Montemor-o-Velho NIF: 501 272 976, sito na Praça da República, 3140-258 Montemor-o-Velho, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar o n.º da encomenda e o respetivo número sequencial de compromisso.
4. Nos termos do n.º 1 do artigo 9º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, os contraentes públicos são obrigados, a partir de 18 de abril de 2019, a receber e a processar faturas eletrónicas no modelo estabelecido pela norma europeia respetiva aprovada pela Comissão Europeia e publicitada no portal dos contratos públicos, a que se refere o n.º 3 do artigo 299º-B do CCP.
5. Nos termos dos nºs 3 e 4 do artigo 9º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, os cocontratantes podem, até 31 de dezembro de 2020, utilizar mecanismos de faturação diferentes dos previstos no referido artigo 299º-B, prazo esse alargado até 31 de dezembro de 2023 para as micro, pequenas e médias empresas definidas nos termos da Recomendação 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003 e para as entidades públicas enquanto entidades cocontratantes;
6. Caso a entidade adjudicatária não tenha ainda aderido à faturação eletrónica, nos termos e prazos definidos no número anterior, as faturas devem ser enviadas

digitalmente, para o seguinte endereço de correio eletrónico: faturacao@cm-montemorvelho.pt. Sem prejuízo, poderão ao longo da execução do contrato ser indicados outros contactos para o envio das referidas faturas;

7. Para a implementação da obrigatoriedade legal de receção e processamento de faturação eletrónica, o Município escolheu como parceiro a entidade SAPHETY LEVEL - TRUSTED SERVICES, S.A.;
8. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária, para o IBAN identificado pelo adjudicatário.

Cláusula 10.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, não podendo o valor acumulado das sanções exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo de poder resolver o contrato.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% do preço contratual.
3. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 11.ª

Proteção de dados pessoais

1. Para efeitos da proteção de dados pessoais, atentos os efeitos do contrato e do respetivo caderno de encargos, o cocontratante assume, incondicionalmente, em matéria de dados pessoais, quer no decurso da vigência contratual, quer, quando aplicável e ou exigível, após cessação contratual, na obrigação do exímio e escrupuloso cumprimento do disposto na legislação e regulamentação aplicáveis, designadamente em sede do tratamento de dados, medidas de segurança e confidencialidade, bem

como no âmbito da transferência de dados e gestão de incidentes, sem prejuízo das demais obrigações resultantes para terceiros, incluindo a entidade gestora da plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela entidade contratante, em especial no exercício da atividade de gestão e exploração da mesma, e a entidade com responsabilidades nas áreas da construção, do imobiliário e da contratação pública, nomeadamente no domínio da regulação da contratação pública e dos contratos públicos, o Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC, I.P.).

2. Para efeitos do disposto no corpo da presente cláusula, é aplicável o disposto na legislação sobre proteção de dados, nacional e europeia, bem como o previsto no Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE, com especial acuidade o artigo 4.º, e, ainda, as deliberações do Grupo de Trabalho do artigo 29.º, existentes ou futuros.
3. Para efeitos do disposto na presente cláusula, no âmbito do contrato, a obrigação referida incluirá logo o cumprimento de todos os demais deveres e obrigações estipulados nestas matérias, à luz e ao abrigo do direito nacional e comunitário aplicáveis.

Cláusula 12.ª

Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havido como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

- 2.** Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3.** Não constituem força maior, designadamente:

 - a.** circunstâncias que não constituem força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b.** greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou grupos de sociedades do adjudicatário ou grupos de sociedades em que este se integre, bem como sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c.** determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d.** manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais.
 - e.** incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f.** avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g.** eventos que estejam ou deviam estar cobertos por seguros.
- 4.** A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- 5.** A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante de força maior.

Cláusula 13.ª

Resolução por parte da entidade adjudicante

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, não ficando a entidade adjudicante obrigada ao pagamento de qualquer indemnização.

Cláusula 14.ª

Resolução por parte da entidade adjudicatária

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

Cláusula 15.ª

Dever de informação

1. Cada uma das partes deve informar de imediato a cocontratante de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações, bem como do tempo e/ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 16.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativa e Fiscal de Coimbra.

Cláusula 17.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessação da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

Cláusula 18.ª

Gestor do Contrato

Por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi designado gestor do contrato o trabalhador João Paulo Seixo, especialista de informática, para promover o devido acompanhamento permanente da execução do contrato, nos termos do previsto no artigo 290.º-A do CCP, em conjugação com o disposto no artigo 96.º, n.º 1, alínea i), ambos do CCP, em especial o preceituado nos n.ºs 2 a 4 daquele artigo.

Cláusula 19.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contrato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 20.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 21.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e demais legislação aplicável.

Montemor-o-Velho, -- de novembro de 2024

O Presidente da Câmara Municipal,

Emílio Augusto Ferreira Torrão, Dr.

ANEXO I**CLÁUSULAS TÉCNICAS**

- 1. Lote 1:** serviços de cópia e impressão, que inclua a disponibilização de consumíveis, cópias, suporte e manutenção preventiva e corretiva para os equipamentos existentes no Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho

1.1 Equipamentos existentes e localização:

O serviço a contratar deverá prever a assistência técnica, suporte, manutenção preventiva e corretiva, bem como fornecimento de consumíveis para os equipamentos existentes nas escolas do Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho. A saber: EBi de Pereira, EB2/3 de Arazede, EB2/3 da Carapinheira e EBS de Montemor-o-Velho.

São, no total, 23 equipamentos multifuncionais com os seguintes modelos e números de série:

MODELO	NÚMERO DE SÉRIE	LOCALIZAÇÃO
Ecosys FS-4200DN	V1S6747662	EB2/3 Arazede Biblioteca
Ecosys P 3155	R4B9400552	EBi Pereira Biblioteca
Kyocera Taskalfa 3252 CI	W257433808	EB2/3 Carapinheira Reprografia
Taskalfa 3010i	LCA5311184	EBS Montemor Biblioteca
Taskalfa 3051 ci	L874X23847	EBi Pereira Reprografia
Ecosys M3550 idn	LSN7Y50270	EB2/3 Carapinheira Biblioteca
Kyocera Ecosys Fs 3920 DN	xey1894433	EBS Montemor Reprografia (básica)
Taskalfa 3010i	LCA5310935	EBS Montemor Reprografia

Ecosys P3155 dn	R4B1814508	EBS Montemor Reprografia (secundária)
Kyocera Taskalfa 5052CI	W2J7Z11913	EBS Montemor Reprografia (secundária)
Kyocera Ecosys FS-4200 DN	V1S6329935	EBS Montemor Tesouraria (sede)
Ecosys M3145DN	R4Z8503417	EBS Montemor Direção
Ecosys Fs 3040 MFP+	NNL3Z16211	EB2/3 Carapinheira Secretaria
Ecosys M3145DN	R4Z0332985	EB2/3 Arazede Secretaria
Taskalfa 2553ci	RFM9Z22693	EBS Montemor Secretaria (sede)
Taskalfa 3253 CI	RFH1346633	EBS Montemor Reprografia (sede)
Taskalfa 3051 (Multifunç)	L876249550	EB2/3 Arazede Reprografia
Taskalfa 3010i	LCA5311202	EB2/3 Carapinheira Reprografia
Taskalfa 3010i	LCA5311166	EB2/3 Arazede Reprografia
Kyocera Taskalfa 2553ci (Multifunç)	RFM9711855	EBi Pereira Reprografia
Kyocera Ecosys M3145dn	R4Z8605497	EBi Pereira Secretaria
Kyocera Ecosys M3145 DN	R4Z9719380	EBS Montemor SASE sede
Kyocera Taskalfa 2553 CI	RFM9815321	EBS Montemor Reprografia (Básica)

1.2 Volume de cópias / impressões

Plafond mensal: Devem estar incluídas 70 000 (setenta mil) cópias a preto e 10 000 (dez mil) a cores, a distribuir por qualquer dos equipamentos existentes, conforme a tabela do ponto 2.1. No final de cada mês deverão ser contabilizadas as cópias/impressões

efetivamente realizadas, sendo o valor real faturado mensalmente. Deverá ser indicado o valor unitário a cobrar por cada cópia, a preto e a cores.

Cópias extra: Deverá ser indicado o valor unitário a cobrar por cópias extra a preto e a cores.

1.3 Fornecimento de consumíveis

Os consumíveis deverão ser entregues no dia útil seguinte, após solicitação.

1.4 Assistência Técnica

1.4.1 A assistência técnica é efetuada dentro do horário normal de funcionamento dos serviços do Agrupamento Escolar de Montemor-o-Velho.

1.4.2 As intervenções devem incluir a substituição de todas as peças e componentes (mecânicos / eletrónicos), todas as deslocações, todas as peças de substituição periódica.

1.4.3 As intervenções a realizar nos equipamentos deverão ser efetuadas até ao dia útil seguinte à sua solicitação.

1.4.4 Em caso de impossibilidade de reparar a(s) anomalia(s), deve o equipamento em causa ser substituído no próprio dia da intervenção, ou no máximo até ao dia útil seguinte.

2. Lote 2: serviços de cópia e impressão, que inclua a disponibilização de equipamentos e software, consumíveis, cópias, suporte e manutenção preventiva e corretiva da solução disponibilizada nas escolas do 1º ciclo de Ensino Básico e nos Jardins-de-Infância do concelho de Montemor-o-Velho.

2.1. Equipamentos a instalar e localização:

O serviço a contratar deverá prever a disponibilização, instalação e assistência técnica de 5 equipamentos de cópia e impressão a preto e a cores, 9 equipamentos de cópia e impressão a preto e 1 Multifuncional laser a cores A3, o seu suporte, manutenção preventiva e corretiva, bem como fornecimento de consumíveis.

Os 5 equipamentos de cópia e impressão a preto e a cores deverão ser instalados nas seguintes Escolas Básicas do 1º ciclo do concelho de Montemor-o-Velho: EB1 Viso (1 equipamento), EB1 Carapinheira (1 equipamento), EB1 Meãs (1 equipamento), EB1 Tentúgal (1 equipamento), EB1 Seixo (1 equipamento).

Os equipamentos deverão ser multifuncionais a preto e cores (cópia, impressora, scanner) A4, com as seguintes características mínimas: velocidade de impressão: 20 ppm; resolução de 600x600dpi; tempo de aquecimento inferior a 30s; frente e verso automático; memória; com ligações USB 2.0 e Placa de Rede 10/100Mbps, Wi-Fi; que permita o envio de digitalizações por email, para pasta partilhada e FTP.

Os 9 equipamentos de cópia e impressão a preto deverão ser instalados nas seguintes Escolas Básicas do 1º ciclo e Jardins-de-Infância do concelho de Montemor-o-Velho: JI Arazede (1 equipamento), JI Bunhosa (1 equipamento), JI Carapinheira (1 equipamento), JI Pereira (1 equipamento), JI Meãs (1 equipamento), EB1 Tentúgal (1 equipamento), JI Tojeiro (1 equipamento), JI Seixo (1 equipamento), JI Centro Educativo de Montemor-o-Velho (1 equipamento).

Os equipamentos deverão ser multifuncionais a preto (cópia, impressora, scanner) A4, com as seguintes características mínimas: velocidade de impressão: 20 ppm; resolução de 600x600dpi; tempo de aquecimento inferior a 30s; frente e verso automático; memória; com ligações USB 2.0 e Placa de Rede 10/100Mbps, Wi-Fi; que permita o envio de digitalizações por email, para pasta partilhada e FTP.

A Multifuncional laser a cores A3 deverá ser instalada na EB1 do Centro Educativo de Montemor-o-Velho.

Tratar-se-á de um equipamento de rede de nível departamental a cores, que deverá integrar as diversas funcionalidades (impressão, fotocópia, scanner) com alto grau de autonomia e com boa performance para uma utilização intensiva a preto e moderada a cores.

Terá as seguintes características mínimas: visor tátil de fácil operação; formatos A5, A4, A3; velocidade de impressão 30 ppm; impressão digital frente e verso; digitalizador cores em pdf,

tif, jpg,PDF/A-1b, PDF/Pesquisáveis, Office Open XML (PowerPoint, Word); envio de digitalizações para e-mail e pasta, disco; ethernet (10/100 ou 1000Mbps) com suporte TCP/IP; disco interno com capacidade igual ou superior a 250GB.

2.2. Volume de cópias / impressões

Plafond mensal: Devem estar incluídas 20 000 (vinte mil) cópias a preto e 10 000 (dez mil) cópias a cores por mês (estimativa), a distribuir por qualquer dos equipamentos existentes, conforme descrito no ponto 3.1. No final de cada mês deverão ser contabilizadas as cópias/impressões efetivamente realizadas, sendo o valor real faturado mensalmente. Deverá ser indicado o valor unitário a cobrar por cada cópia, a preto e a cores.

Cópias extra: Deverá ser indicado o valor unitário a cobrar por cópias extra a preto.

2.3. Fornecimento de consumíveis

Os consumíveis deverão ser entregues no dia útil seguinte, após solicitação.

2.4. Assistência Técnica

2.4.1. A assistência técnica é efetuada dentro do horário normal de funcionamento dos serviços das escolas.

2.4.2. As intervenções devem incluir a substituição de todas as peças e componentes (mecânicos / eletrónicos), todas as deslocações, todas as peças de substituição periódica.

2.4.3. As intervenções a realizar nos equipamentos deverão ser efetuadas até ao dia útil seguinte à sua solicitação.

2.4.4. Em caso de impossibilidade de reparar a(s) anomalia(s), deve o equipamento em causa ser substituído no próprio dia da intervenção, ou no máximo até ao dia útil seguinte.